

A CIDADE COGUMELO: CAMPINA GRANDE DAS FEIRAS ÀS FESTAS

Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso
Universidade Federal da Paraíba
caugusto@ce.ufpb.br

RESUMO

Este artigo analisa a formação de uma nova situação histórica, descrita em termos geográficos, da urbanização e do imaginário político na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, Nordeste brasileiro. Procura identificar os processos de crescimento urbano e dinâmica econômica no contexto de uma cidade média, centro distribuidor. Através de entrevistas e levantamentos de artigos e reportagens jornalísticas, relaciona a modificação das atividades econômicas no espaço urbano com os mecanismos de estruturação do espetáculo na modernidade.

Palavras chave : Cidade média, cidade cogumelo, Campina Grande.

ABSTRACT

The paper analyses the formation of a new historic situation, described in urban and geographical terms as well as in terms of political imaginary in Campinas Gande City (Paraiba State, Northeast of Brazil). It identify urban processes of growth and economic dynamics in the context of a middle city. Working with interviews and bibliographic researches (newspapers and articles), it puts in evidence the link between economic activity in the urban space and structural mechanisms of modernity.

Key words: Middle cities, «Mushroom» town, Campina Grande-Brazil.

A denominação de *cidade cogumelo* é uma expressão de Jean Blondel, presente no livro *As condições da vida política no Estado da Paraíba* e refere-se a uma *comunidade movida por espírito de feroz competição comercial, derivando daí o renhido caráter de suas campanhas políticas ...* (Mello, 1983: 63). Várias acepções foram utilizadas para caracterizar a cidade de Campina Grande durante inúmeros períodos de crescimento econômicos ou de circunstâncias de expansão urbana. Desta maneira, Campina Grande pode, à primeira vista, impressionar bastante quem chega e identifica sua movimentação urbana e sua importância regional. Apesar da deterioração da economia local nos últimos anos, sua função comercial ainda apresenta relevância na cidade que, em suas dimensões e em seus aspectos, resulta de uma concentração de produtos, de população e de atividades em ponto de passagem e de contato entre regiões. Contudo, em seu aspecto urbano, o crescimento deu-se de maneira desordenada, apresentando uma série de contrastes, confundindo-se áreas industriais, com zonas comerciais e residenciais.

Assim como várias cidades médias no interior do Nordeste, Campina Grande foi objeto de estudos e de muitos outros trabalhos no campo da historiografia, estudos e pesquisas acadêmicas. Para autores oriundos de cidades do sul do País, que experimentaram um grande crescimento urbano, pode-se perceber o espanto, revelado em suas observações, ao identificar o traçado moderno das avenidas largas, a dinâmica do seu mercado, levando-os a pronunciar que a cidade é *um fenômeno que impressiona profundamente*. Em algumas passagens desses estudos podemos compreender as mentes de seus autores e perceber as impressões e seus espantos incomuns diante da cidade. Todos eles buscam em outras realidades urbanas, de maiores proporções, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife ou Fortaleza, alguma explicação que possa ir além do entendimento mais banal, para justificar o crescimento de uma cidade nessas proporções, a poucos quilômetros da aridez e das imagens turvas do sertão.

Campina Grande, assim como outras cidades que se espalham pelo interior do Nordeste, reflete um pouco estas imagens e idéias, tais quais aquelas estabelecida por Cardoso (1963) quando afirma que

... à semelhança de São Paulo (...) Campina Grande, embora de menor proporção, do alto da Borborema, irradia sua atuação por extensa área do sertão...(...) a capital do sertão nordestino (...) não enfrentou dificuldades de comunicação nem com o litoral nem com o sertão (...) constituiu-se, no entanto, como o maior empório comercial da região (Cardoso, 1963: 415-6).

Ou nas palavras de Müller (1958), que diz:

... a enorme vitalidade de Campina Grande, concretizada pelo seu notável crescimento se reflete também no movimento de suas ruas e na atividade da população. As ruas que vão ter às saídas da cidade, as do comércio atacadista e mesmo o seu centro comercial impressionam pelo movimento de pedestres e de veículos de carga. (...) Paisagisticamente, a cidade impressiona como cidade nova... (Müller, 1958: 29-30).

É claro que esse deslumbramento é típico daquela época em que se tomava o Brasil como *o país do futuro*; estando presente estas acepções em várias cidades brasileiras de modo similar – em estudos fora da Geografia – que se utilizam desta conceituação em situações bastante semelhantes.

Contudo, o que ocorre em épocas mais recentes não reflete as acerbidades e as dificuldades que a cidade enfrentou durante o século passado. Ao ressaltar as dificuldades enfrentadas pela cidade, seus *filhos* já demonstravam a vocação de retratar também a grandiosidade. É assim que podemos verificar na descrição de um dos primeiros historiadores da Paraíba, que testemunhou o crescimento da aldeia de Campina Grande em fins do século dezanove:

... ocupa perimetro relativamente extenso, porque algumas de suas ruas são separadas por grandes espaços sem edificação. (...) A cidade é mal provida de d'agua potavel; apenas possui duas fontes de dominio particular; (...) A cidade de Campina Grande conta com 40 casas de comércio, das quais 14 lojas de fazenda, uma farmacia e duas boticas. (...) O negócio de gado portanto liga esta cidade a todos os centros mais produtores da indústria pastoril nas províncias criadoras do norte do Império (Joffily, 1976: 267). (...) Não há dúvida que, pela sua posição topográfica, Campina está destinada a ser o empório do sertão, e já de alguma forma o é. (...)... é ela um ponto obrigado de passagem de todo o comércio sertanejo (idem, 387-9).

A cidade somente começa o seu crescimento mais acelerado em dois períodos: primeiro, com a chegada do trilho de trem e posteriormente com a construção da rodovia que corta o Estado no sentido leste-oeste (atual BR 230), no início e meados do século XX, respectivamente.

Na década de 1940, a cidade tomava feição de *urbs* moderna com a construção de edifícios e com reformas urbanas, marcos do progresso de uma cidade *dinâmica e progressista* onde o *crescimento urbano obedece a gabaritos elaborados por técnicos, no qual foram estabelecidas as “áreas funcionais” ou zoneamento* (Costa Filho, 1960: 242).

Mariz (1985), em palestra proferida na União de Moços Católicos no dia 24 de novembro de 1940, expõe o seu espanto com o crescimento da cidade:

Conheci Campina pela primeira vez quando tinha 13 anos. (...) estava, de fato, naquele ano de 1907, longe de ser o vibrante pandemônio que é hoje! Já se havia delineado o arcabouço da cidade moderna. (...) de cem em cem metros, uma bodega tristonha entre espaçados fogos residenciais. (...) Assombro-me de ver hoje, cheia de ruas, de gente e de atividade, como de tecidos que encheram um grande esqueleto, a área suburbana do começo do século! (...) Estranhou-se que não aludi, como elemento novo, ao serviço de água e saneamento, obra do Estado na administração de Argemiro de Figueiredo, de 1935 a 40. Terá sido uma falta não realçá-lo como principal, dado o vulto desse fator no progresso moderno de Campina. A cidade vinha crescendo antes, mas não sei se tomaria as proporções e a beleza de hoje... (...) Campina tem continuado a crescer febrilmente. (...) A cidade, permanecendo como centro de atração comercial e vigorosa vida orgânica, entrou numa fase intensa de transformações urbanísticas, na prefeitura de Vergniaud Wanderley. Este magnífico administrador demoliu velharias, rasgou ruas, impôs e deu margem a muitas construções renovadoras. Concluiu o novo mercado e o Grande Hotel, substituiu e desenvolveu em grande área o calçamento público, levantou o próprio da

Prefeitura num simile campinense de arranha-céu, iniciou a retificação do Açude Velho para um plano arrojado de logradouro capaz de honrar qualquer cidade de boa cultura e riqueza. Campina se prepara para resistir ao alongamento da estrada de ferro para o alto sertão, o que poderá deslocar uma parte de seu movimento comercial em favor das cidades além-borborema(1) (Mariz, 1985: 13-9).

Essas reformas que impingiram à cidade um crescimento acelerado acendiam disputas imaginárias e entusiasmadas dos cidadãos pela primazia do progresso. Grande (1952) denomina a cidade de *Chicago paraibana* e reproduz em seu artigo intitulado *João Pessoa versus Campina Grande*, uma anedota corrente da época: quando o campinense, orgulhoso de sua cidade, não perde vaza para ferir o pessoense: “*Sim senhor, ‘seu’ compadre, há quanto tempo não venho à sua vila*”. E recebe a resposta pronta: “*E eu que há tantos anos não vejo mais a sua aldeia*” (Grande, 1952: 732).

Fruto da permanência de rixas, nos jornais de hoje também estão sempre presentes algumas dessas denominações, de maneira menos jocosa e bem menos imaginativa, conjuntamente com outras apologias:

*Mesmo sendo uma cidade do interior nordestino, há quem diga que Campina Grande sempre se revestiu de uma certa aura cosmopolita. Os que fazem esta apologia, talvez estejam corretos. (...) Dessa forma, Campina Grande se notabilizou internacionalmente, até fins dos anos cinquenta, como a “**Liverpool Brasileira**” pelo fato de assumir no ranking mundial a segunda posição como exportadora de algodão. Nesse período, a cidade era dona de uma invejável vida cultural(2).*

A narrativa de José Lins do Rego (1952), por outro lado, destaca esta imagem de desenvolvimento da cidade em forma de *urbs*, colocando também a sua estupefação diante das tragédias das carências de infra-estrutura da cidade:

A cidade de Campina, à noite, parece Copacabana, do tempo da guerra, escura como breu. A cidade sofre de gigantismo. Os motores dos serviços de luz não dão para um décimo da sua serventia. O abastecimento d’água, obra que em 1940 custara trinta contos, não atende, nem a um terço da população. Daí a tragédia de Campina Grande. Há horas marcadas para o banho nos hotéis, e a cidade fica às escuras para que não falte luz nas casas particulares. (...) O campinense, tão orgulhoso da sua cidade, sofre com as deficiências dos seus serviços públicos. (...) Para poder andar sem tropeços e poder ver as horas, trocar dinheiro e fazer tudo mais usa o campinense um “flash lighth” como objeto de absoluta necessidade. E quem fica de cima de um terceiro andar verá o espetáculo curioso. Um mundo em plenas trevas, com o faiscar das lâmpadas do engenhoso aparelho. Dei por visto um milheiro de vagalumes a dançar pelo quatro cantos da cidade (Rêgo, 1952: 118).

Desta forma, a também chamada cidade-mercado (Costa Filho, 1960) adquiriu múltiplas funções. Embora sua vida econômica gravitasse ativamente em torno do algodão, e também como centro distribuidor, os serviços da tão propalada modernização não estavam de todo prontos. Campina Grande funcionava como um entreposto, na “Porta do Sertão” como empório do comércio de algodão do Nordeste e se destacava como centro cultural do interior desta região, realizando as antigas tradições portuguesas, especialmente a festa de São João, que perdeu *aquêle arraigado sentido de comemoração ou utilização* (Costa Filho, op. cit).

Por volta da década de 1950, já podiam ser observadas algumas transformações não apenas nos hábitos, nas tradições, nas crenças e nos sentimentos, mas também nas atividades econômicas, como decorrência da imitação de novos padrões de comportamento do cinema, das revistas ilustradas difundidas pela imprensa e rapidamente assimiladas com técnicas do progresso, verificadas em outras regiões.

Müller (1958) identificou, quando de sua passagem pela cidade, no início dos anos 50, a sua importância como centro redistribuidor de produtos do sul do país e de outras regiões como o sertão da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, do Piauí, do Ceará e, até mesmo, do Estado do Maranhão, registrando,

inclusive, as dificuldades da formação de uma base produtiva de cunho industrial: (...) *Não obstante a existência de matérias primas em abundância em todo o hinterland de Campina Grande, dentre as quais se destacam o algodão, o agave e o caroá, esta cidade não conseguiu, ainda impor-se como centro industrial* (Müller, 1958: 23).

Essa posição de centro redistribuidor era contrastada com a quase-inexistência de infra-estrutura - de abastecimento d'água e de fornecimento de energia elétrica - que dificultava a sua inserção na dinâmica industrial. Contudo, a vitalidade do crescimento e o ritmo do comércio eram ressaltados pelo movimento das ruas, do comércio atacadista, do movimento de pedestres e de veículos de carga, pelo número de bancos, depósitos e firmas atacadistas. Como centro comercial regional, a feira de Campina Grande é um bom exemplo de sua dinâmica: *As ruas por ela ocupadas enchem-se de pessoas provenientes de pontos os mais diversos ... (...) a própria população urbana a ela acorre, contribuindo também para o impressionante movimento que então se estabelece* (Müller, op. cit. : 29).

Nos anos 1960, Campina Grande começa a apresentar, no tocante às suas transações comerciais, indícios de declínio. Na análise desse fenômeno, Silva (1979) identificou como causa do declínio dois pontos fundamentais: primeiro, aquele que considerava que a expansão do comércio atacadista dependia do desenvolvimento da produção, principalmente do algodão e do sisal, a medida que esses produtos foram sofrendo a concorrência internacional, verificou-se a retração em volume de transações comerciais. Segundo, com o adensamento da rede de suportes de circulação viária do País, o sistema de mercadorias prescinde de entrepostos e esses fatos alijam a cidade da sua posição como centro intermediário entre os produtores do centro-sul do País e das regiões que se estendem de Pernambuco ao Ceará.

Entretanto, o crescimento das desigualdades na área urbana da cidade, com a formação de mão-de-obra flutuante, conjuntos habitacionais e um “exército de reserva” para a indústria emergente e para o próprio setor de serviços, vem crescendo, desde esta época. Aliado ao crescimento das desigualdades estava o processo migratório interno, fruto tanto das prolongadas secas como das injustas relações sociais do campo. Estas concorrem para as migrações internas e para inver a posição da população brasileira de população rural para urbana. É justamente este processo que amplia os conflitos e as desigualdades, decorrentes da chegada do *povo do sítio* à cidade.

Ainda na década de 1960, inicia-se outra reestruturação da cidade no que diz respeito ao conjunto de sua economia, e sua participação como centro de distribuição. Parte desta reestruturação advém da alocação de recursos para a fomentação de industrialização no âmbito da política de construções de distritos industriais.

É muito comum nas análises urbanas sobre a cidade de Campina Grande a existência de comparações do quadro industrial em relação à cidade de João Pessoa, ressaltando, sempre, o fato da cidade de Campina Grande deter maior participação no conjunto da produção industrial do Estado em função de sua base industrial. É justamente este padrão industrial que entra em colapso em fins da década de 1950, uma vez que se esboçava seu processo de decadência. Mas foi o capital acumulado durante décadas na produção industrial tradicional dos derivados do *ouro branco* que financiou parte da urbanização da cidade, através também de um imaginário forjado na política, de que nos fala Agra do Ó (1995):

Campina Grande surge por entre os papéis como uma cidade que experienciou o fim da década de cinquenta procurando desesperadamente um novo lugar para si, uma nova maneira de estar no mundo. (...) A descrição destas transformações informa, pois, que Campina Grande era uma cidade cujo recorte imagético-discursivo tornava-a a cada dia mais importante e próspera. Isto quer dizer que o complexo de imagens e explicações que aqui se produzia (ou a esta cidade se referia) compunha um quadro multifacetado que pensava reproduzir uma idéia de modernidade e de progresso - logo, de transformações constantes. Parecia então que era o destino deste município do interior paraibano desenvolver-se indefinidamente e que cumpria aos campinenses apenas inserir-se no movimento de concretização desta potencialidade. A grandeza desta cidade, pensavam os bairristas daqueles anos, não estava inscrita até mesmo no nome do município? (...)

Afinal de contas, Campina Grande está diante de uma encruzilhada: depende de seu povo, principalmente de seus líderes sociais, tomar um dos caminhos, naturalmente o que disser mais de perto respeito aos interesses da coletividade e ao progresso deste poderoso núcleo populacional do Nordeste (*Agra do Ó, 1995: 27*).

Neste sentido, se a crise das indústrias tradicionais que operavam com capital local se faz ver, as elites e o poder político locais iniciam as estratégias de intervenção no espaço urbano e inauguram nova fase de reestruturação da cidade, que tem um dos seus elos com o processo de acumulação nacional e a concorrência dos capitais de outras regiões, não conseguindo superar mais por si só as condições de uma cidade híbrida comercial e industrial(3).

Na verdade, as indústrias tradicionais - e suas elites políticas - que ditavam o ritmo do crescimento urbano, não conseguem superar uma nova inserção no capitalismo monopolista. Assim, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entrará com uma parcela considerável na formação de uma nova acumulação e, por conseguinte, de uma nova configuração espacial da cidade.

Os conflitos que se davam pontualmente na esfera da produção alargam-se com a chegada dos contingentes populacionais de várias áreas, acentuando-se o aumento do número de favelas, a falta de estrutura e de moradia.

Uma série de medidas de ordem tributária, fiscal e de política industrial, que a ditadura militar impunha, tentava racionalizar os espaços urbanos das cidades que detinham significância populacional e econômica. Neste sentido, não há, nas analogias das políticas industriais, nenhuma razão para supor a supremacia de uma cidade sobre outra (Campina Grande sobre João Pessoa, no caso), uma vez que as cidades poderiam ser comparadas em termos de massa de produção industrial e para fins de relacionamento dos fenômenos e dos processos de urbanização e crescimento que se estabelecem no capitalismo periférico.

Mas sem dúvida, este processo de nova alocação de recursos públicos, seja com a formação dos distritos industriais (DI), seja com o Programa de Cidades de Porte Médio, propiciou a inserção da cidade da Campina Grande na dinâmica de urbanização, agora trespassada pelos elementos mais fortes de industrialização. A criação de atividades industriais e a formação de um mercado de consumo dinamizam as relações sociais e ativam - como uma espiral - um processo de urbanização mais envolvente e presente, ressaltado pelo crescimento populacional e pelas interferências das políticas públicas nacionais.

A implantação do DI e os investimentos na área de infra-estrutura, através dos incentivos da SUDENE, desenvolvem também o setor secundário. Por consequência, as décadas de 1960-1970 vão marcar a expansão da malha urbana, dos conflitos de terra e das políticas habitacionais(4), que provocam o crescimento desordenado quando se registra o grande índice de construções. Em Campina Grande, este crescimento será observado nos conjuntos habitacionais que estão localizados nas margens dos anéis rodoviários que circundam a cidade, criando *verdadeiras cidades* em torno de uma outra existente (Maia, 1994 e 2000)(5).

Esse crescimento desordenado mantém uma certa ordem que merece ser analisada com maior acuidade. O primeiro elemento a ser considerado é a população. De posse desses dados, podemos observar que o seu ritmo de crescimento populacional é ascendente entre as décadas de 1970 e 1980, muito embora decrescente na última contagem populacional de 1996, tanto nacional como localmente nos últimos anos. Tais fatores implicaram investimentos nas áreas urbanas através de planos de intervenção.

Em Campina Grande, o Plano de Desenvolvimento Integrado propunha o disciplinamento e ordenação do solo urbano, o controle das ocupações das zonas centrais e o desenvolvimento econômico e social a partir do controle das populações periféricas. Estes fatores contribuíram para a inserção da cidade em dois programas nacionais de investimentos: o Projeto CURA e o Programa para as Cidades de Porte Médio(6). O primeiro trata de priorizar obras que permitam a valorização das áreas urbanas, destinando seus recursos para a pavimentação de vias, construção de galerias e de áreas de lazer, no intuito de criar desconcentração das atividades econômicas; seu derivado, o Promorar, dá atenção à implantação de linhas de água em áreas de baixa renda.

O Programa para as Cidades de Porte Médio, mais importante e fomentador de uma série de subprojetos de intervenção urbana, deriva do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), de 1974, em que o Estado Nacional estabelece medidas objetivas de política urbana, através de um diagnóstico do nível da urbanização e da concentração populacional urbana. Nele, encontra-se uma série de ações de estruturação do sistema urbano e da ocupação do espaço interior, como tentativa de fortalecimento das metrópoles regionais e das cidades de porte médio. Estas propostas aventam a estruturação do sistema urbano e a verificação do papel desempenhado pelas cidades na organização do território e na tentativa de forjar uma ação, não padronizada, na identificação das peculiaridades regionais. A análise de que a rede urbana do Nordeste é relativamente antiga, de fraca interiorização e de base econômica deficiente, coloca, portanto, ações da política urbana para a dinamização e a promoção de várias áreas do interior do Nordeste(7).

QUADRO 1

Campina Grande: Crescimento populacional e Taxa de Crescimento anual

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Taxa
1970	197.802	169.765	28.037	
1980	247.964	222.229	25.735	2,02
1991	326.307	307.468	18.839	2,43
1996	344.730	326.016 (*)	18.714	1,06

Fonte: <http://www.sudene.gov.br> - Municípios da SUDENE - População residente (Habitação) em Situação Urbana Ano 1991 e <http://www.ibge.gov.br> IBGE - Censo Demográfico, 1970/1980/1991 e 1996 (*contagem populacional)

Assim, a justificativa da necessidade de uma política urbana para as cidades de porte médio é motivada pela procura de um maior equilíbrio inter-urbano-regional e pela interrupção dos fluxos migratórios. Nesta perspectiva, a noção de cidade média, a partir do tamanho demográfico, perde lugar para a noção de cidade média relais(8), conceito que depende muito mais do contexto econômico-político. Isto se deve ao fato de que é cada vez mais necessária a alternativa de manutenção do sistema de concentração de capitais, através da desvalorização dos preços do solo urbano, dos salários exíguos e do baixo custo do transportes, além de uma organização social e civil frágeis, como grupos de pressão política. As cidades médias são, neste sentido, pontos adequados à localização dos equipamentos de distribuição comercial e postos avançados de expansão do sistema socioeconômico.

O Programa Para as Cidades de Porte Médio foi implementado, em sua primeira etapa, durante o período 76-79, como iniciativa da Comissão Nacional de Política Urbana (depois Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e hoje representado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano) que, se utilizando da divisão do IBGE, para a seleção das cidades onde seriam implantadas os programas, propunha, em sintonia com as diretrizes do II PND: a desconcentração e a contenção do processo urbano nas áreas de grande urbanização, a dinamização das regiões deprimidas economicamente, além da promoção das funções econômicas ligadas ao turismo e ao lazer. Para a implementação deste programa, algumas pesquisas prévias foram consideradas como imprescindíveis; como o diagnóstico da realidade urbana, a localização e o potencial industrial, bem como as relações com outros centros urbanos. Tudo isso baseado nos seguintes critérios: importância das funções terciárias, renda, equipamentos, ICM (hoje ICMS) e estrutura da População Economicamente Ativa (PEA). Alguns destes requisitos foram cumpridos, outros nem chegaram a ser iniciados ou esgotaram-se nas primeiras discussões.

O Programa tinha por objetivo atuar sobretudo no nível intra-urbano, através de projetos de modernização e de criação de infra-estrutura básica e social que incluíam transportes, uso e ocupação do solo, expansão urbana; preparação de recursos humanos para a administração municipal, estudos para a localização de equipamentos terciários de alcance regional, incentivos fiscais, orientação dos fluxos de capitais, abertura de créditos - a fundo perdido ou não - e financiamento por organismos institucionais (BNH, BNDE etc.)(9).

A exigência de elaborar - ou modernizar - o Plano de Desenvolvimento Urbano seria uma condição para a participação no Programa. Deste modo, os principais problemas identificados na implementação do Programa foram, dentre eles, a falta de estudos sobre a realidade urbana local que servissem de subsídios à formulação de projetos, além da pouca capacidade de gerenciamento dos projetos pelo poder público, bem como a escassez de recursos. Cabe dizer que, embora esses problemas fossem identificados, as dificuldades decorriam em boa parte dos critérios e das decisões centralizadas do Estado autoritário.

O Programa Para as Cidades de Porte Médio estabeleceu diretrizes de ordenamento do uso do solo, de melhoria das condições habitacionais das populações de baixa renda, de modernização dos transportes, com prioridade para os transportes coletivos, e de implementação de sistema de abastecimento d'água e saneamento básico.

Resta, portanto, salientar que, além da extrema centralização do Programa, muitas foram as interferências de interesses políticos locais, mas ele acabou por induzir o poder público a uma ação maior em face dos problemas urbanos. Isso, sem dúvida, foi reforçado quando da promulgação da Constituição de 1988, que permitiu maior descentralização dos recursos e maior liberdade aos poderes públicos locais no seu gerenciamento. Hoje, nota-se que, embora os quadros de gestores locais estejam mais bem preparados, ainda existe uma centralização das decisões na implementação dos recursos e continua sendo mínima a participação da sociedade civil organizada.

A combinação das metas propostas e implementadas em parte pelo Programa Para as Cidades de Porte Médio provocou a elevação e o aumento da arrecadação de impostos por parte dos municípios a partir da Constituição Brasileira de 1988. Na verdade, a nova estrutura do capital mundializado, em busca de realização do processo produtivo de baixo custo, bem como as novas condições tecnológicas de informações - mídia, bancos etc. - possibilitou a execução de projetos que dotaram parcialmente as cidades de porte médio de condições de disputa por capitais que dinamizassem sua estrutura interna, gerando empregos para uma massa de trabalhadores desqualificados. É isto, que vincula a modernização às mudanças nas relações de trabalho e de modos culturais, que vem ocorrendo em Campina Grande, tornando-a um exemplo ilustrativo deste processo.

Aliado ao investimento da SUDENE, o Programa Para as Cidades de Porte Médio possibilitou a implantação do parque industrial de Campina Grande com quatro distritos industriais, que receberam incentivos fiscais - sejam municipais ou estaduais. Desta forma, foram criadas as bases para o crescimento e o aparecimento de novas indústrias e o desenvolvimento do setor de serviços, conforme os quadros 2 e 3 demonstram:

QUADRO 2
ATIVIDADES INDUSTRIAIS - CAMPINA GRANDE (1975-80-85)

ANOS	1975	1980	1985
Nº DE ESTABELECIMENTOS	252	391	420
PESSOAL OCUPADO	7.023 / 5.915(*)	7.824 / 6.482(*)	8.043 / 6.004(*)

Fonte: Censos Industriais - IBGE, 1975, 1980 e Censos Econômicos, 1985. (*) Pessoal ligado à produção.

Apesar do crescimento do número de estabelecimentos da indústria e de pessoal ocupado entre 1975 e 1985, o quadro 2 revela que este aumento foi estimulado pelos investimentos da SUDENE e FINOR (Oliveira, 1970); o setor de serviços cresceu e, em contrapartida, o setor industrial, pelos dados indicados no quadro, tem um crescimento proporcional muito menor. Só muito recentemente novas indústrias estão sendo instaladas nos distritos industriais de Campina Grande, como é o caso das empresas do grupo COTEMINAS, de fabricação têxtil com tecnologia de ponta para o mercado internacional, com investimentos na ordem de 300 milhões de reais que poderão gerar cerca de 1.500 empregos diretos (10).

Relevante também é a inserção da cidade no circuito dos Pólos Tecnológicos. Tal fato decorre, em primeiro lugar, da criação, em 1984 pelo CNPq, Universidade Federal da Paraíba (UFPB)(11), Banco do Estado da Paraíba (PARAIBAN) e Governo do Estado da Paraíba, do Pólo de Tecnologia de Campina Grande que surgia para *promover o desenvolvimento tecnológico no Estado da Paraíba através do incentivo e suporte à criação de empresas de base tecnológica, (...) contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico da região e preservação ambiental* (Souza et. alii, 1995), além da produção de softwares para exportação.

QUADRO 3
ATIVIDADES DE SERVIÇOS - CAMPINA GRANDE (1975-80-85)

ANOS	1975	1980	1985
Nº DE ESTABELECIMENTOS	837	1.370	879
PESSOAL OCUPADO	2.626	3.940	3.635 / 2.322(*)

Fonte: Censos de Serviços - IBGE, 1975, 1980 e Censos Econômicos, 1985. (*) Ligados à prestação de serviços(12).

Tal fato abastece atores sociais, pesquisadores, jornalistas e o poder político, de argumentos no sentido de tornar visível, pelos *mass media*, este pólo científico-tecnológico, pois, como modelo de interação sistematizada, tem o objetivo de difundir o desenvolvimento tecnológico entre os diversos setores da sociedade, e assim criar para a cidade e o País um “espírito de modernidade”. Neste parque tecnológico são alocados investimentos do Softex 2.000, programa do governo federal para elevar as exportações de softwares do Brasil a US\$ 2 bilhões até o ano 2.000. Com 25 empresas associadas, e que faturaram R\$ 3,5 milhões em 1995 - sendo US\$ 425 mil em exportação, o Softex planejou para 1996 um faturamento acima de R\$ 7 milhões, sendo US\$ 700 mil para o Exterior (Souza et. alii., op. cit.).

Assim, a descentralização econômica da cidade e a concentração geográfica provocam a existência dos pólos científico-tecnológicos, com mobilidade dos fatores de produção, dos homens, das mercadorias, do capital e das mensagens. É nesse sentido que se pode apontar três causas que determinam a criação e a localização das empresas de base tecnológica: a necessidade de interação com o setor de ensino e pesquisa, a lógica da organização industrial e as “deseconomias” de aglomeração.

Deste modo, notam-se conseqüências imediatas do modelo de crescimento da cidade: locação de área para alojamento e instalação de empresas; redução de 50% da taxa da Alvará de Funcionamento pela Prefeitura Municipal; repasse para o Programa do ISS (Imposto Sobre Serviços) recolhido nas empresas de base tecnológica (EBT's.) e, evidentemente, fortalecimento do discurso da inserção na modernidade e no movimento global da sociedade.

Um certo discurso da modernidade, produzido já em décadas anteriores, e retomado aqui através do trabalho de Agra do Ó (1995), serve para expressar o desenho que as vozes hegemônicas desejam para a cidade e para a vida urbana:

A estratégia maior era fazer com que este desejo de identificação com a modernidade passasse por ser desejo de toda a cidade, como se fosse possível canalizar numa única conformação da paisagem a energia dos desejos. Mesmo num instante em que a imagem social da cidade era tecida com os fios da mudança e da transformação, havia nós da trama que impossibilitavam a plena democratização de seus sucessos. Havia figuras que eram colocadas no tecido apenas para figurar nas suas margens, para representar formas marginais de existência. A tapeçaria em que a cidade se transmudava não parecia suportar a pluralidade: o tecido se esgarçaria se todos a ele tivessem o acesso da figuração; daí, cumpria mutilar muitos, abrindo espaços para poucos (Agra do Ó, 1995:29).

O discurso da modernidade está, de maneira jactante, reproduzido também em declarações e reportagens de jornais do Estado, as quais reforçam a idéia antiga de Campina Grande como cidade vocacionada; uma busca incessante e conflituosa de colocar a dinâmica econômica da cidade a serviço da construção de um *ethos* moderno, agregando as novas tecnologias às empresas tradicionais da cidade:

Campina Grande é um pólo tecnológico por excelência. Aqui todo mundo faz muita coisa, só que, em alguns casos, de forma desordenada. (...) é necessário sincronizar essas ações junto às entidades que trabalham na área de ciência e tecnologia a fim de manter a cidade como pólo e consolidar a imagem de Campina Grande como um centro gerador de ciência e tecnologia, no cenário nacional... (...) no sentido de atrair eventos de grande porte para Campina Grande. A frequência desses eventos na cidade fará com que a mídia nacional preste mais atenção no município(13).

Este misto de estratégia e soberba reivindica para a cidade a sua inserção em um movimento tecnológico mundial. Impõem que a sociedade e a mídia, por conseguinte, devam prestar atenção ao Município de Campina Grande, no que diz respeito à produção de C&T. É a partir dessa produção que se justifica a sua vinculação a eventos como a Feira de Tecnologia de Campina Grande (FETEC) e a tentativa de transformar a cidade como pólo tecnológico. Esta é uma atividade presente no calendário da Prefeitura e que conta com os esforços dos seus quadros na divulgação e implementação, na tentativa de torná-la visível.

O sentido destas estratégias anuncia a total ausência de projeto no que diz respeito à política urbana, e aos seus inúmeros problemas que toda e qualquer cidade deve enfrentar. Transformar a cidade em ilha da fantasia, seja das festas e da tecnologia, parece ser o elo principal de uma cadeia que dotará a cidade, e os seus habitantes, de um discurso que os insere na modernidade e na globalização(14).

Verifica-se em Campina Grande aquilo que Medeiros (1992) qualifica de *ilhas de tecnologia*, que de uma forma ou de outra estão envolvidas no processo de modernização das cidades. Com o surgimento de pólos de modernização tecnológica, os chamados setores tradicionais não incorporam os avanços tecnológicos e os esforços no sentido de transferir conhecimentos das instituições de ensino e pesquisa para o conjunto da economia. Neste aspecto, é preciso considerar que para os setores tradicionais deveriam existir formas diferenciadas de absorção e difusão de novas tecnologias.

Ainda segundo Medeiros (1992), as tecnópolis merecem especial destaque, pois representam a maximização de estratégias da modernização para o espaço urbano; sua implantação começa no Japão, tendo sido em seguida adotada na França, nos arredores de Paris e Lyon. No desenvolvimento desta perspectiva é interessante analisar que a intenção foi efetuar uma simbiose (o grifo é nosso) entre as atmosferas do campo e da cidade, reproduzindo o dinamismo destas áreas menores e assim estabelecer uma nova cultura e revitalizar várias regiões carentes. As tecnópolis do Japão foram planejadas para funcionar junto às cidades médias. De modo similar, mas com objetivos diferenciados, as *villes nouvelles* francesas visam *aliviar as cidades maiores do excesso de população e problemas associados* (Medeiros, op. cit. : 25).

É evidente que a cidade de Campina Grande não se apresenta como tecnópolis, mas as ações das instituições de fomento à pesquisa e o conjunto de estratégias dos poderes públicos locais estimulam a prática de um discurso marcado por ufanismos:

(...) é porém no campo da tecnologia que Campina Grande mais se destaca no cenário brasileiro de hoje. O pólo de tecnologia de Campina Grande é conhecido internacionalmente. (...) Campina Grande só perdeu para Curitiba, assim mesmo por apenas 1 dia. Pioneira no desenvolvimento de informática, deixa para trás cidades como São Paulo, entre outras. (...) Com o pólo de tecnologia e informática, Campina Grande terá os seus profissionais formados por ela mesma, desde o início (http://www.cgnet.pmcg.pb.gov - site da Prefeitura Municipal de Campina Grande).

O que se depreende deste processo, em sua integralidade, são as disparidades entre os discursos que arrogam méritos extraordinários e as ausências de estruturas de serviços públicos, bem como o acesso às modernizações. O quadro 4 abaixo identifica um crescimento (entre os anos 80 e 90) das atividades que envolvem o consumo de bens “modernos” e, em contrapartida, revela a precariedade das melhorias do setor de serviços públicos que atendem o aspecto da qualidade de vida:

QUADRO 4
INFRA-ESTRUTURA POR DOMICÍLIO - CAMPINA GRANDE

Infra-Estrutura	Ano - 1980		Ano - 1991	
	Total	%	Total	%
Domicílios Urbanos	46.992		67.114	
Água	33.900	72,1	61.956	92,3
Esgoto Sanitário	10.495	22,3	29.306	43,6
Lixo	---	---	56.928	84,8
Energia Elétrica	39.745	92,4	60.235	89,7
Fogão	44.547	94,7	62.572	93,2
Geladeira	19.059	40,5	43.101	64,2
Radio	35.178	74,8	58.153	86,6
Fones	6.077	12,9	16.810	25,0
Tv's	27.078	57,6	59.850	89,1

FONTE: IBGE. Censo Demográfico da Paraíba - Família e domicílios - 1980, 1991.

Em uma década, como se pode notar, os investimentos públicos conseguiram aumentar consideravelmente certos equipamentos coletivos. No entanto, longe de atingir as camadas maiores da população, as últimas três gestões municipais pouco realizaram no atendimento de serviços básicos de água, esgotamento sanitário e energia elétrica, sendo que este último indica uma pequena diminuição. Neste período, foram realizadas pouco mais de nove mil e setecentas ligações de esgotos, com 69.696 metros de extensão, atingindo uma população de apenas sessenta e cinco mil pessoas na cidade, pouco mais de 19% da população urbana total. Tal iniciativa contou com a participação do poder público municipal, do Governo do Estado através da CEHAP e da iniciativa privada, que executaram redes coletoras em diversas áreas(15).

Com relação ao serviço de esgoto de Campina Grande, há uma verdadeira guerra de números e de dados que nos revelam diferenças substanciais. Se considerarmos os índices de 1991, do Censo Demográfico do IBGE, verificaremos que na área urbana o Município apresenta 29.306 domicílios com esgotamento sanitário, representando 40,06% de um total de 73.138 domicílios e não 48,78%, como se encontra na reportagem que tem por base o relatório da Companhia Estadual de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA). Também verifica-se esse desencontro dos números nos dados referentes à população urbana. Para o IBGE a população urbana do Município no ano de 1996 (Contagem populacional - IBGE) é de 326.016. Isto significa dizer que a informação repassada pela Prefeitura Municipal de Campina Grande de que a população é de cerca de 380 mil - também conforme o relatório - fica além da contagem populacional realizada pelo IBGE para o Município como um todo, que é de 344.730.

Como já se escreveu anteriormente, existe uma constante necessidade de alargar a importância da cidade e por conseguinte o contingente populacional, de indústrias etc. Nesta toada, as cifras, dados e outros números produzidos por órgãos oficiais brasileiros aparecem sempre contraditórios aos dados da municipalidade ou mesmo do Estado. Esta suposta guerra dos números pode servir para esclarecer, mas também para enganar. O poder público local repassa dados à imprensa de acordo com sua conveniência:

Hoje, o abastecimento d'água atinge cerca de 319.946 mil habitantes, numa população estimada de 380 mil pessoas. A capacidade de produção da água de 2.000 litros por segundo, com o mesmo número de capacidade de tratamento. As perdas físicas do Sistema é de 49%, enquanto o índice de cobertura chega a 95%. É um verdadeiro tesouro enterrado(16).

Desta maneira, pode-se notar que o crescimento de acesso à bens de consumo “modernos” decorreu de uma estratégia de crescimento viabilizada por incentivos fiscais e financeiros e por ações locais e governamentais(17).

Esta perspectiva econômico-financeira obscurece os estudos de ordem urbano-regional que, de alguma forma, estão ausentes e não servem de aporte para os resultados do conjunto do espaço citadino (Piquet, 1991). Porém, ao incorporar à análise espacial o consumo de utilidades modernas, a perspectiva de uma “dialética” da modernização-subdesenvolvimento decorre daquilo que se convencionou chamar, na década de 1980, *difusão espacial de inovações*, ou *propagação das modernizações*. O quadro abaixo relaciona três elementos de utilidades domésticas oriundos do sistema industrial, dos quais se verificou um aumento substancial de suas disponibilidades, nas unidades residenciais:

QUADRO 5
DIFUSÃO DE UTILIDADES EM RESIDÊNCIAS

UNIDADE	DOMICÍLIOS URBANOS (1980)	DOMICÍLIOS URBANOS (1991)	DOMICÍLIOS COM RÁDIO (%)					DOMICÍLIOS COM GELADEIRA (%)					DOMICÍLIOS COM TELEVISÃO (%)				
			1970	1980	1991	70/80	80/91	1970	1980	1991	70/80	80/91	1970	1980	1991	70/80	80/91
Brasil	20.413.042	27.157.268	58,9	75,7	86,1	26,6	34,5	26,0	49,5	79,7	89,9	53,3	24,1	54,9	92,4	127,8	55,3
Nordeste	3.492.642	5.658.695	—	62,0	74,3	—	48,5	—	24,6	59,6	—	74,5	—	28,8	71,9	—	75,5
Campina Grande	46.992	67.114	57,1	74,8	86,6	23,4	65,3	18,5	40,5	64,2	105,6	126,1	12,4	57,6	89,1	336,0	121,0

FONTE: IBGE. Censos Demográficos do Brasil - família e domicílios - 1980, 1991 - Censos Demográficos da Paraíba - família e domicílios - 1980, 1991 - Censos Demográficos do Ceará - família e domicílios - 1980, 1991.

Há muito já se produziu uma história do rádio e uma história da televisão no Brasil. Contudo, se ambas não analisam o crescimento destes equipamentos nos lares brasileiros, importam-se com a influência nas mudanças comportamentais. No entanto, uma história da difusão destes equipamentos permitirá verificar as modificações nos costumes e a implantação de rede elétricas em várias cidades. O que o quadro demonstra, porém, é que entre as décadas de 1970 e 1990 tais equipamentos tiveram um crescimento espantoso nos domicílios brasileiros. A cidade de Campina Grande acompanhou de perto o percentual de crescimento destas utilidades no Brasil: 86,1%, 89,9% e 92,4% dos lares brasileiros possuíam, no censo de 1991, rádio, geladeira e televisão, respectivamente. Campina Grande, no mesmo censo, apresentava 86,6%, 64,2% e 89,1% dos seus domicílios com a presença dos três equipamentos escolhidos para exemplificação.

O maior crescimento ocorre com a televisão. De pequena participação na década de 1970, a televisão estará, duas décadas depois, em quase 90% das casas campinenses, com crescimento de 336% no período 1970-1980 e 121% no decênio posterior(18).

Há o aumento gradativo da disponibilidade de tais equipamentos com um impulso de modernização em regiões deprimidas, onde se deve considerar também a fixação de alguma infra-estrutura complementar, como rede elétrica, estações transmissoras, assistência técnica e as chamadas *inovações empresariais* que não estão presentes nas pesquisas institucionais (Barros, 1989: 73-4).

A falta de ação dos poderes públicos no atendimento de infra-estrutura complementar está expressa no pequeno aumento que o atendimento de esgotamento sanitário e telefonia recebeu nos períodos verificados e no setor de transportes coletivos, realçado pela presença de apenas 196 linhas de ônibus, de sete empresas - número insuficiente para atender a uma cidade do porte de Campina Grande(19). A precariedade do transporte urbano vem provocando o surgimento dos denominados transportes alternativos, ou *clandestinos* como querem alguns, originados a partir de uma necessidade de deslocamento dos habitantes. O sistema de transporte mais recente em introdução e expansão é o *moto táxi*, implantado em algumas cidades do Estado, cujo estudo está na pauta das pesquisas atuais.

Neste sentido, a propagação da modernização, subsidiada pelo conseqüente aumento de consumo, vai permitir a instalação de um *locus* de modernidade que não é atingido diretamente pelos instrumentos de controle e regulação do espaço. Paralelamente ao surgimento e aumento gradativo de “moder-

nizações” é importante ressaltar a análise empírica que Barros (1987) realizou sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande:

Trata-se, certamente, de uma vivificação que corresponde ao comércio varejista de bens de consumo em geral. (...) Como a demanda por bens de consumo pessoal se eleva, a estrutura comercial correspondente varejista se aciona no sentido de capturá-la... (...) e a concepção do ambulante como elemento estranho à paisagem urbana central, manifesta-se de forma nítida no discurso da imprensa. (...) são reduzidos a uma só categoria, no que tange à invasão incômoda que realizavam na cidade (Barros, 1987: 127-129).

Por outro lado, na constatação do crescimento populacional da cidade de Campina Grande, é visível aquilo para qual Santos (1993) alerta, ao comentar o gradual aumento das populações das cidades médias. A procura dessas cidades para o investimento e moradia para a classe média, de modo geral, é decorrente de um processo inicial de modernização de acesso a bens de consumo, baixos índices de violência, melhores ofertas de solo urbano, entre outros. No aspecto relativo ao crescimento populacional, podemos verificar uma taxa de crescimento próximo aos padrões nacionais, os quais a cidade parece ainda suportar.

Embora consideremos a cidade de Campina Grande com alguns índices de modernização, a partir da observação da informatização dos bancos, dos serviços especializados (técnico agrícola, consultores etc.), na construção de *shoppings*, nos investimentos turísticos, bem como nos modos de lazer e de divertimento, o poder político da cidade conserva uma necessidade de estar sempre reafirmando a sua modernidade e seu progresso.

É desta forma que, em décadas passadas, a sociedade algodoeira em decadência elaborara um discurso modernizador e progressista para a cidade. Se imaginarmos a Campina Grande de outros tempos, por volta do decênio 35-45, verificaremos que a cidade passava por implementação de projetos de urbanização que “riscavam sua paisagem”, com grandes reformas arquitetônicas que tinham objetivo de dar consistência a uma nova ordem dos comerciantes. A análise de B. de Souza (1993) nos dá a medida das contradições presentes na cidade, principalmente na parte central da cidade:

... qualquer indício de “becos” e construções que fossem de encontro aos modernos padrões de urbanização. (...) Parte de suas elites, principalmente a vinculada ao comércio, queria se livrar de alguns traços que ligavam a cidade com o passado rural e eram empecilho à sua modernização, mas também não perdoava as construções “irregulares” e “infectas” das populações pobres que habitavam os “becos” (B. de Sousa, 1993: 33-4).

Véras (1988) desenvolve também a idéia de que este prefeito - Vergniaud Wanderley(20) - como chefe do Executivo municipal e legítimo representante da classe dos ricos comerciantes em plena ascensão, violou a intimidade dos becos, tentou destruir as relações antigamente mais pessoais e afetivas dos habitantes para com o espaço urbano e implementou um (re)ordenamento e (re)aparelhamento do espaço urbano segundo a própria imagem:

As origens arquitetônicas da cidade foram sendo apagadas a força de decreto e marreta: tudo que estava fora de foco segundo a visão binocular e progressistas do prefeito foi devidamente enquadrado no seu modelo de modernização e urbanização (...) A intervenção desse ‘urbanizador’ foi violenta e autoritária: não foi dado aos habitantes da cidade a chance de um parecer... (Véras; 1988:12).

Esta perspectiva, especialmente de projeto de urbanização dos anos 30 e 40, tem prosseguimento até os fins da década de 50 com a criação-consolidação do discurso modernizador de que nos fala Agra do Ó:

A imagem assim produzida e posta em circulação justificava-se com um raciocínio

tautológico: Campina Grande parecia ser próspera porque era próspera em essência. O aparente era mero signo do essencial, a realidade visível existia apenas como correspondência da verdade da cidade, que lhe era interna e a tudo movia. Campina Grande era, nesta articulação discursiva, a cidade líder do nordeste brasileiro ou, como dizia o jornalista Lopes de Andrade, a Metrópole do Polígono da seca. Estas expressões foram repetidas durante muito tempo, e de tanto retomadas naqueles dias como que perderam a sua presença adjetiva, tornando-se afirmações substantivas. Para os campinenses que a utilizavam para referir-se à sua cidade dizer isto não significava, como poderia parecer à primeira vista, adjetivá-la ou indicar para ele uma possibilidade de existência a mais entre tantas outras factíveis. Significava assumir um dado inquestionável, algo tão real quanto as pedras dos calçamentos ou as árvores plantadas pelas calçadas (Agra do Ó; 1995: 34-35).

B. de Souza (1993) faz referência ao fato de que, no imaginário dos revoltados, *Vergniaud é a encarnação do mal, da destruição, a verdadeira besta-fera, que veio ao mundo sem que ninguém saiba porque, nem mesmo suas origens explicam um comportamento tão “cruel”: nem seu pai nem sua mãe lhes deram esta formação* (B. de Sousa, 1993: 36).

A saga do reformador Vergniaud na construção de uma imagem moderna de Campina Grande impunha à cidade práticas culturais outras, uma racionalidade de controle e disciplinamento do espaço urbano. E a cidade, *mesmo com a resistência de alguns assumiu ares de “Rainha” e acentuou o ritmo de seus passos nos caminhos da “modernidade” e do “progresso”: a Bela que virou “fera” (e ficou “feia”)* (B. de Sousa, 1993: 37).

O referido autor desenha o processo que foi resultado de uma intensa migração e inchaço da cidade, com a chegada daqueles que por aqui comumente se denominou - pelas elites - de “povo do sítio”. A “Rainha” agora luta contra a presença de súditos estranhos; os barracos, casebres, prostitutas e marginais descaracterizando o progresso, com a *presença no seu cenário urbano de personagens que vão dar um perfil diferente a sua urbanização* (Ibdem).

A partir da análise dos jornais diários da cidade, nos arremates da década de 1960, B. de Sousa (1993) reconstrói o imaginário das elites locais em relação ao fato de que Campina Grande está repleta de casebres que enfeiam a imagem urbanística da cidade e ferem o princípio de saúde pública:

A idéia básica que as reportagens tentam incutir no leitor e alertar o poder público é a do “perigo” que representa para a cidade o surgimento de uma “favela” (...) É um discurso que expressa um projeto de urbanização e organização social livre de “doenças”, de problemas morais e de males que possam trazer à tona ou acirrar os conflitos sociais. (...) Como as favelas que surgem na cidade são habitadas por populações em grande parte originárias do campo, portanto com práticas culturais diversas, que terminam por serem expressas em sua forma de moradia, de convivência e solidariedade... (...) Exige-se que o poder público exerça um controle maior sobre a organização do espaço tal qual já o fizera com os “becos” o prefeito Vergniaud Wanderley... (B. de Sousa, 1993: 39-40).

Desta forma, inicia-se, segundo esse autor, a atração de investimentos para a cidade, de modo que há a exaltação das suas potencialidades e da fama de “cidade do trabalho”. A denominação “capital do trabalho” está atualmente presente em livros, nos *out-door's* espalhados na cidade, nos materiais institucionais do próprio poder local e no discurso do atual alcaide. Em entrevista ao Prefeito da cidade, Cássio Cunha Lima, em março de 1998, indagamos se existia alguma contradição entre a festa da Micarande (e de sua propaganda), e do epíteto Maior São João do Mundo (e sua propaganda), com a tradição da imagem da cidade como “cidade do trabalho”. A resposta do prefeito foi taxativa: *Mas a festa é o trabalho, é preciso entender isso de forma definitiva, quando você faz um evento como esse, a quantidade de trabalho, de emprego que você gera é algo notável. (...) no Brasil, em cada dez empregos formais, dois estão vinculados diretamente ao turismo. É um número impressionante.*

Desse discurso - expressões das festas e dos espetáculos – resulta que a cidade concentra uma série de atividades que a mantêm permanentemente na mídia, através dos recursos dos setores públicos. De acordo com a seqüência dos meses verificamos as seguintes: Encontro para a Nova Consciência, ocorre durante o Carnaval; Micarande, carnaval fora de época durante o mês de abril; São João – “O Maior São João do Mundo”, em junho, que faz parte do Calendário Turístico Nacional da Embratur; Festival de Inverno, em julho, reúne grupos de dança, teatro, música clássica e popular e mostra de cinema e vídeo; Semana do Folclore e Artesanato: arte popular, violeiros, feira de couros e vaquejada durante uma semana do mês de agosto; Congresso de Violeiros, Vaquejada Parque Maria da Luz e FETEC, no mês de setembro.

Desse conjunto, a **Micarande**, carnaval fora de época que acontece durante o mês de abril e o **São João**, consagrado pelos órgãos públicos com o epíteto de *O Maior São João do Mundo*, configuram-se hoje como fundamentais para a modificação da (na) estrutura urbana da cidade e na transformação cultural.

É desta constatação que a festa da Micarande se torna um objeto de pesquisa (Ver Cardoso, 2000), pois, a partir do entendimento do seu funcionamento e de sua dinâmica, pode-se traçar a história da sua invenção – e sua intervenção na cidade - como espaço social e imaginário construído pelo poder público e pelos seus habitantes que a vivenciam em sua amplitude. Esta representação constitui a construção dos cenários de uma indústria revestida por uma simbiose com os discursos dos fazedores da festa, dando visibilidade às várias facetas, discutindo as relações entre o poder privado da cidade e o poder público.

A festa da Micarande na cidade de Campina Grande está imbricada com as estruturas do poder local, com os benefícios, as vantagens e os interesses daqueles que são seus construtores.

Uma complexa teia de relações envolve a economia, a política, as regras e as formas de contribuição da publicidade dos patrocinadores, a distinção dos locais de propagandas, a delimitação dos trajetos de blocos e trios e a ordenação do espaço da cidade, que se instalam como fronteiras vivas na constituição do imaginário social. Este espaço social é, ao mesmo tempo, a principal dificuldade e a fonte de possibilidades para configurar a estrutura espacial da cidade.

É herdeira da seqüência da construção da hegemonia e do projeto de dominação desde o instante em que o Poder Público Municipal pauta-se em um espetáculo regido por uma teatralidade que impressiona os homens comuns, conquista o respeito e a obediência e reduz o cidadão a mero espectador, denunciando uma gestão da cidade assentada na arte e no artifício. Rejuvenesce um processo que efetiva a simultaneidade de distintas temporalidades: ... *no espaço geográfico, se as temporalidades não são as mesmas, para os diversos agentes sociais, elas todavia se dão de modo simultâneo. (...) A ordem espacial é a ordem geral, que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular. Segundo Leibniz, o espaço é a ordem das coexistências possíveis* (Santos; 1996: 126-7).

Ao esconder as mazelas sociais e instaurar uma estratégia ambígua, mas profundamente marcada pelas dificuldades da introdução dos valores da modernidade(21), as “autoridades” impõem um ritmo e uma mensagem à cidade e na cidade que a exalta de modo a situá-la *pari passu* aos mesmos processos de crescimento e urbanização - vinculado à industrialização - por que passaram boa parte das grandes cidades brasileiras. A aventura – nem sempre bem-sucedida - torna a cidade de Campina Grande, conforme o próprio lema presente na sua bandeira, *única entre muitas*. Ou ainda, numa ironia, *primus inter pares*.

Esse conjunto de práticas, técnicas, símbolos e valores que se reproduzem no evento da **Micarande** denuncia o seu estado de coexistência social, o produto de um trabalho coletivo de uma sociedade sobre o seu território. É o que Santos (1996) chama de acumulação desigual de tempo; ao que acrescentamos: de acumulação de práticas, técnicas e valores.

Assim, a construção da cidade e o registro de eventos permitem a identificação do lugar e das relações entre os sujeitos e a cidade, com base nas relações que eles estabelecem. A apropriação dos espaços públicos reclama uma atuação prioritária sobre aqueles locais que contêm importância simbólica coletiva - trechos de ruas, praças e parques, que, segundo Leite (1998) são os lugares onde não é

... preciso lançar mão de desapropriações, nem investir recursos públicos em obras de reconstrução do tecido urbano que, de resto, destroem o contexto, impedindo a reunião de pessoas, impedindo que se instale, no futuro, a centralidade lúdica a que se refere Lefebvre, inteiramente vinculada à construção da paisagem e à identificação do lugar através do cotidiano (Leite; 1998: 71).

O projeto da cidade e do urbano de Campina Grande, ao apropriar o lugar para um determinado uso, mais o qualifica do que o delimita; sendo que qualificar significa conferir caráter distintivo, diferenciá-lo do resto do que o envolve, do que não foi apropriado, mantendo, porém, com ele, ao mesmo tempo, ligações que definem o modo de interpretar a natureza e construir a paisagem.

O poder público apóia-se, freqüentemente, numa visão de planejamento urbano segundo a qual o processo de construção da paisagem é uma operação-padrão, comandável a partir das coordenadas espaciais externas ao lugar.

Destarte, Campina Grande transforma-se num texto, num lugar imaginário onde a vida se organiza racionalmente e a apropriação privada dos seus espaços é uma ação que complementa a utopia da cidade racional que, no capitalismo, fundamenta-se na injustiça.

Evidentemente que em Campina Grande há política e projeto urbano para a cidade. Desde o ano de 1991, e portanto no nascedouro da festa da **Micarande**, que existe uma chamada para a tarefa de “repensar Campina Grande”. Era o momento de elaboração do seu Plano Diretor, como uma obrigação constitucional e como um fórum de Discussão:

O Plano Diretor é instrumento mor do Planejamento da cidade. (...) ... o destino da população está atrelado ao teor do Plano Diretor. (...)... sua elaboração do Plano deve ser necessariamente parida na esteira das discussões entre os poderes públicos e a sociedade civil organizada, buscando daí extrair uma espécie de pacto, onde os vários segmentos sociais sejam efetivamente contemplados. Por esta via, a sociedade estará objetivando a sua cidadania e tornando-se co-autora da gestão de sua própria cidade(22).

Contudo, a deferência não foi atendida a bom termo, e sim traduzida na insuficiência geral de investimentos públicos e privados, na evolução da carência de serviços públicos, na crise habitacional e na deterioração ambiental. No que diz respeito à moradia, o empobrecimento crescente da população trabalhadora a obriga a morar em áreas periféricas, carentes de infra-estrutura. Os instrumentos constitucionais, urbanísticos, tributários e financeiros foram incapazes de reverter o modelo de segregação espacial. A política pública não foi além da retórica do Programa de Renovação Urbana do Centro Comercial, que abrigava um conjunto de projetos visando a organizar o centro da cidade. As ações públicas voltadas à expansão dos serviços essenciais (saúde, educação e moradia) foram substituídas pela genérica criação de empregos e a geração de rendas das festas.

As discussões do Plano Diretor não conseguiram revelar a cidade real, nem afirmá-la como contrato social, o que demonstra a falta de relação da política urbana com as pessoas que vivem na cidade(23).

Assim, as intervenções aparentemente técnicas sobre a cidade vão se dar com base numa politização do espaço, ao misturar-se nas condições físicas de vida, alterando-se os valores e os modos de vida.

Neste sentido, os entretenimentos viram diversão. O que era de alguma maneira gratificação, como os blocos de “sujos” que ainda existem nas periferias, o “Zé Pereira” e o Da Saudade ligados a literatos, viraram fardo. Nos EUA, segundo Glaber (1999), a festa de entretenimento de massa pode ter começado com a revolta dos democratas contra as elites. Naquele país, no entendimento dos agentes culturais intelectualizados, os entretenimentos populares eram diversão, gratificação em vez de edificação, transigência em vez de transcendência, reação e não contemplação, escape em vez de submissão, uma festa que trabalhava apenas com os sentidos e com as emoções (Ver Glaber, 1999: 35).

Podemos sugerir que esta espetacularização da cidade, para aqueles mais conservadores, não signifique necessariamente perda de intensidade, desatenção ou leviandade; trata-se apenas de uma forma diferente de viver um debate cultural. Pode ser ainda que se trate de um fenômeno transitório, mesmo já alcançando níveis absurdos de “espetacularidade” institucionalizada. Mas, passa a ser um espetáculo no pior sentido do termo, uma falsa vida representada no palco para que o público, calado, tenha a ilusão de vivê-la pela mediação de outra pessoa – no caso o Poder Público da cidade de Campina Grande. Essas são degenerações de uma sociedade dita justamente do espetáculo: mas não *se pode dizer que a cultura como espetáculo de que falamos seja produto de uma sociedade do espetáculo: pode ser uma alternativa* (Eco, 1984:219).

A **Micarande**, mesmo tendo sido iniciada e idealizada pelo poder público, provocou um entretenimento popular a partir das organizações de blocos de estudantes, funcionários de empresas públicas e privadas (que preenchiam as funções criativas das classes mais baixas). Evidentemente que o Poder Público “endureceu” as regras da festa e do uso da cidade (delimitação das ruas onde poderiam acontecer as festas, arquibancadas, camarotes, corredor da folia etc.), que somente pode ser entendido como uma ação para tirar-lhe qualquer elemento subversivo.

O poder local, em seu envolvimento intenso na organização da **Micarande**, entende que o entretenimento nas suas mãos - as “mãos certas” - pode ser um veículo para levar estes valores para as classes menos favorecidas; os fazedores da festa não desejam entregar a sua organização nas mãos dos movimentos culturais. Ao contrário, a agregação de blocos “vanguardistas”, no circuito da folia é uma forma de impor silêncio às menores e mais tímidas contestações culturalistas. É o que tenta nos demonstrar o Diretor de Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Campina Grande:

A Micarande sobretudo é mais axé, a música baiana domina aí há muito tempo. Toda a mídia, tudo é direcionado na música baiana; tudo bem, há apelo aí! (...) Mas nessa nossa décima versão, estamos completando já a nona versão do Bloco da Saudade; nós temos alguns diferenciais da participação popular dentro do Bloco da Saudade que resgata o bloco da fantasia, enfim resgata as fantasias (...) e este ano o prefeito Cássio Cunha Lima determinou à coordenação da festa ao Secretário Carlos Nogueira, que seria bom o resgate do boi; foi criado o projeto Folia do Boi, que está resgatando o pessoal que faz o bumba-meu-boi, aqui em Campina Grande, o pessoal que sai batendo por aí os instrumentos com o boi e também as troças as “la ursas”.... (...) E está se tentando - ainda não está confirmado - até o resgate das próprias escolas de samba que existiam na cidade. (...) ... O prefeito (grifo nosso) está trazendo também a Bateria da Escola de Samba da Mangueira, lá do Rio de Janeiro. Estamos trazendo já para inovar e colocar em cima do trio, e colocar na rua tudinho para puxar a população; já para, se no próximo der certo, a gente pode até fazer, quem sabe? ... uma escola de samba, não toda, mais uma parte para se colocar esse diferencial aqui na cidade(24).

Desde o momento em que se inicia a consolidação da feição dita “moderna” e com “profissionalismo” na construção do evento, vêm-se aumentadas as apreciações sobre ele. Agentes sociais de áreas reconhecidas, tal como a universidade, entram em cena para prestar auxílio na sua edificação. O ex-Reitor da Universidade Estadual da Paraíba é um dos convocados para fazer o exame crítico do alto de sua autoridade:

É pena que a Micarande não alcance, também, o povão, na medida dos velhos carnavais. A galera está ficando de fora, como participante, limitando-se, apenas, “a ver”. Pelo menos, alguns Blocos, como ZÉ PEREIRA e o da SAUDADE estão conseguindo salvar alguma coisa. Quem sabe, é chegada a hora de retomar o Carnaval popular, no tempo próprio de sua data internacional, ficando a Micarande como evento turístico. (...) E

como tal, fonte de rendas para o município, não só porque atraem (sic!) “divisas”, como porque criam inúmeras formas de “mercado informal” em que os vendedores pobres ganham também seu dinheirinho(25).

O fato se repetirá nos anos seguintes em dois artigos que se modificam em algumas passagens. Se em 1996 o ex-reitor da Universidade Estadual da Paraíba lamenta o pequeno alcance da festa, exigindo um carnaval que gere rendimentos – “dinheirinho”, para ficarmos em sua própria expressão – é porque o cargo na instituição universitária possibilita o caráter mais crítico, com tendências à censura. Contudo, quando vestido do cargo de Secretário de Educação do Município, e como a combinação das instituições são desiguais, altera sua apreciação sobre o evento de modo que somente consegue enxergar muito mais êxitos:

Se para muita gente, tratava-se de um assunto polêmico, apontando para a sua “desnecessidade” e para o seu aspecto ‘festeiro’ em que se estaria mudando a face da ‘capital paraibana do trabalho’ para paraíso da vagabundagem, com certeza, agora, as opiniões são muito diferentes. (...) O estrondoso sucesso da MICARANDE 97 leva-nos a dois outros comentários. O primeiro é de que o chamado ‘turismo de eventos’ é irreversível e representa uma insubstituível fonte de renda que envolve inúmeros segmentos da sociedade.(..) o turismo não pode ser mais visto apenas como uma atividade de lazer, mas, também, como uma alternativa econômica. (...) O outro comentário é de que a explosão da MICARANDE 97 é, certamente, um sintoma de onda de otimismo e de esperança que toma conta de Campina Grande nesta fase em que o município está se arrumando, com inúmeras perspectivas de desenvolvimento, para os desafios do terceiro milênio. É a expectativa de um novo tempo que se abriga no inconsciente coletivo da cidade

Não resta mais dúvida. Até os seus costumazes críticos estão se rendendo diante do sucesso desse Carnaval ‘fora de época’... (...) Até a ‘velha guarda’ não entregou os pontos e assim está cada vez mais presente.... . Blocos como o da SAUDADE e do ZÉ PEREIRA estão aí com toda a corda para fortalecimento da imourredora festa.... (...) Está faltando apenas um espaço maior para a galera das camadas mais pobres que não têm condições de acompanhar o custo financeiro dos gigantescos Blocos dos ‘axés’. (...) O estrondoso sucesso desta MICARANDE leva-nos ao comentário de que o chamado ‘Turismo de Eventos’ é irreversível... (...) Trata-se de um novo caminho que Campina descobriu em função do seu desenvolvimento e que dá o tom de uma nova onda de otimismo que toma conta da cidade, no patamar do novo milênio que está chegando(26).

Esses exemplos servem para ilustrar o reforço da “festa consolidada”, ou a crítica da crítica, e a habilidade do poder público em vincular a festa com as supostas aspirações e vocações da cidade. A cidade “descobre” o novo caminho e agora deseja mudar o seu perfil diante das relações que se esboçam na modernidade, tal qual fora no passado de intenso comércio. Segundo o secretário, a festa necessita, é verdade, de um pouco mais de espaço para os pobres; mas isso pode ser resolvido na seqüência.....

O poder político constituído da cidade não aspira a atingir, seja por ausência de planos, seja por convicção - que no fim seriam as mesmas coisas - as desigualdades socioespaciais que conformam a cidade; muito menos aspira a fazer o debate sobre as modificações das relações sociais de produção que as longas seqüências contraditórias entre a feira e o espetáculo colocaram para a cidade e para a sociedade. O poder político da cidade, no esforço de realização dos eventos, move-se para a efetivação de uma agregação de valor no espaço; ação política que tenciona formar uma consciência coletiva de sociedade moderna. Esta consciência, contudo, permanece envolta numa cortina de fumaça, onde estão confundidos os saudosismos do “boom” industrial, o parque tecnológico e a cultura de consumo.

O que podemos inferir, por fim, é que a festa da Micarande representa e corrobora, contraditoriamente, os desejos de boa parte da elite da cidade em viver a modernidade, o urbano “vir-a-ser” e de golpear aquele “modo comercial de ser”, tradicional dos encontros nas feiras.

Notas

- (1) Esta é uma demarcação territorial de Joffily (1976): cidades do litoral até a Borborema, cidades da Borborema e cidades além da serra e notificam uma noção geográfica particular; o repartimento do território do Estado da Paraíba em três: Litoral, Borborema e Sertão. A demarcação é a Borborema, indicando a importância deste relevo nas delimitações e denominações.
- (2) “O jeitinho campinense de ser”. In: *Jornal da Paraíba*, 20/04/97.
- (3) Na rede bancária da cidade havia sedes de cinco dos sete bancos privados no Estado. Todos foram absorvidos por empresas sediadas fora do Estado (Ribeiro, 1994: 35). Ribeiro (1994), ao intentar demonstrar relações na cidade decorrentes das migrações internas, reforça esta idéia que ajuda a escamotear o entendimento sobre a acumulação e a formação do capitalismo industrial brasileiro, uma vez que diz existir uma visível preocupação das autoridades federais em melhorar as condições urbanas das capitais dos estados, *relegando a segundo plano as cidades do interior* (Idem, *Ibidem*).
- (4) Sobre a política habitacional e sua influência na expansão urbana de Campina Grande, a partir do movimentos populares, ver B. de Souza (1993) e Melo (1993).
- (5) Numa vertente analítica do espaço como acumulação desigual de tempo, estas duas pesquisas tomam como referência o desenvolvimento tecnológico na produção da cidade, em especial os subespaços rurais incrustados nos vales dos rios e a permanência e transformação dos costumes rurais, identificando vários tempos na cidade.
- (6) Para maiores detalhes de ambos os programas, consulte, entre outros, Ribeiro (1994), Programa para as cidades de Porte médio - Estudos e Projetos. Superintendência e Desenvolvimento do Nordeste, 1976-77 e Rochefort (1998).
- (7) Uma das metas do II PND era a dinamização de áreas no interior da Região Nordeste. Tal meta teria o objetivo de dotar de infra-estrutura um certo número de cidades para que se tornassem *pólos de desenvolvimento*, espaços adequados para a implantação dos programas das cidades de porte médio. A promoção seria uma ação àqueles centro urbanos que apresentam condições de organizar redes urbanas, necessárias à integração econômica (Amorim Filho, 1984:15-16).
- (8) Cidades médias *relais* são certamente as metrópoles de equilíbrio: cidades-reservas para contenção e investimento. Cf. Amorim Filho, *op. cit.*
- (9) As cidades do Nordeste onde foram realizados estudos e implementados os projetos da SUDENE entre 1976-79 são: São Luiz, Bacabal, Caxias e Imperatriz no Estado do Maranhão; Teresina, Parnaíba, Picos e Floriano no Piauí; Sobral, Crato-Juazeiro do Norte e Iguatu no Ceará; Natal e Mossoró no Rio Grande do Norte; João Pessoa, Campina Grande, Patos, Souza e Cajazeiras na Paraíba; Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Vitória de Santo Antão e Salgueiro em Pernambuco; Maceió e Arapiraca em Alagoas; Aracaju em Sergipe; Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Vitória da Conquista, Alagoinhas, Paulo Afonso e Juazeiro no Estado da Bahia. Todas estas cidades, com exceção de Caxias e Imperatriz no Estado do Maranhão; Souza na Paraíba; Vitória de Santo Antão e Salgueiro em Pernambuco e Paulo Afonso na Bahia, estão na classificação do IBGE como cidades Centros Regionais (nível 2a), Centros Regionais (nível 2b) ou Centros Sub-Regionais (nível 3a).
- (10) Cf. *Jornal Correio da Paraíba*, 31 de dezembro de 1995 e 02 de março de 1997.
- (11) Atualmente Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como mais um “marco” do imaginário de modernidade.
- (12) O Censo de Serviços de 1985 foi realizado como Censo Econômico. A metodologia da pesquisa fez modificações que afetam os números do crescimento: 1 - exigência de registros contábeis; 2 - que cada estabelecimento tivesse pelo menos 10 pessoas ocupadas. Esta modificação deixa pouco visível o crescimento em relação aos números das pesquisas anteriores.
- (13) *Jornal Correio da Paraíba*, 22 de Janeiro de 1997.
- (14) Milton Santos utiliza-se do termo *globalitarismo* para qualificar a mundialização dos tempos modernos. O *globalitarismo* aliaria o processo de mundialização e o totalitarismo: *uma forma indísiosa, porque se baseia em idéias que aparecem como centrais à própria idéia de democracia - liberdade de opinião, de imprensa, tolerância - utilizadas exatamente para suprimir a possibilidade de conhecimento do que é o mundo, do que são os países, os lugares. (...) ...tirania da informação associada à tirania do dinheiro*. Revista Teoria & Debate. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, ano 12 n° 40 - fev/mar/abr 99, p. 35.
- (15) *Os esgotos em Campina Grande atendem 48% das casas. Menos da metade da população campinense conta com o benefício de esgotos sanitários em suas residências. Os dados constam em relatório técnico de responsabilidade da Gerência Regional da Borborema, da Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba. O documento revela: apenas 48,78% das casas de Campina contam com cobertura de esgotos. Com isso, apenas 173.878 habitantes contam com esgotos em suas residências*. Cf. *Jornal Correio da Paraíba*, 05/10/97.
- (16) *Jornal Correio da Paraíba*, 05/10/1997.
- (17) Programa para as cidades de Porte médio - Estudos e Projetos. *Op. Cit.*
- (18) Pela Paraíba a fora estão presentes inúmeras antenas parabólicas: a televisão é um equipamento de “primeira necessidade”.
- (19) Cf. *Jornal Correio da Paraíba*, 26/10/1997.
- (20) Prefeito de Campina Grande entre 1935 e 1937 e de 1940 a 1945. As reformas implementadas por este prefeito valeram-lhe a denominação na época de *o precursor da revolução urbana campinense* (Véras, 1988 :7).
- (21) Ou poderemos dizer, ainda, tradições e práticas culturais e políticas que coexistem com uma certa modernidade que, ou não chegou, ou não terminou de chegar.

- (22) “Repensar Campina Grande: tarefa para todos” (Editorial) In: *Jornal Diário da Borborema*, 07/04/1991.
- (23) Cf. Miranda, Érico. “Campina e seu Plano Diretor”. In: *Jornal da Paraíba*, 26/06/1991, Miranda, Érico. “O nosso Plano Diretor.” In: *Jornal da Paraíba*, 02/04/1992.
- (24) Entrevista com José Willian Tejo, Diretor do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Campina Grande, em 29/03/99.
- (25) Pereira, Itan. “A Micarande e o Carnaval” In: *Jornal da Paraíba*, 18/04/96.
- (26) Pereira, Itan. “O sucesso da Micarande. In: *Jornal da Paraíba*, 24/04/97 e “A Micarande pegou mesmo” In: *Jornal da Paraíba*, 23/04/98.

Bibliografia

- AGRA do Ó, Alarcon. *O leito de Procasto. Nacional desenvolvimentismo e educação. (Campina Grande, 1959)*. 1995. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. *Revista Geografia e Ensino*, Belo Horizonte, ano II, nº 5, 1984, p.5-34.
- B. DE SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos. Os paradoxos de um processo de urbanização: o caso de Campina Grande – 1935-90. *Cadernos Nordeste em debate* N° 1. Universidade Federal da Paraíba (Campus II) – Centro de Humanidades - Departamento de História e Geografia – Grupo de Estudos em História Regional. Campina Grande, 1993, p. 33-47.
- BARROS, Nilson Crocia de. O pequeno comércio no interior do Nordeste do Brasil: estudo sobre comércio ambulante na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. 1987. Tese de Doutorado em Geografia. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- _____. Industrialização e difusão espacial de utilidades domésticas no Brasil: a propagação das modernizações em região periférica (Nordeste do país). *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 51 (4): 71-78, out./dez., 1989.
- CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. *A cidade e a festa no interior do Nordeste: espetáculo de poder, modernização e transformação cultural em Campina Grande - PB*. 2000. Tese de Doutorado em Geografia. FFLCH/USP. São Paulo.
- CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. Campina Grande e sua Função como Capital Regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Ano XXV, nº4, out/dez, 1963, p.417-451.
- COSTA FILHO, José Paulino. Campina Grande - PB. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro, IBGE, XVIII Vol, 1960, p.230-245.
- ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984
- FERREIRA, Maria do Rosário. *Industrialização dirigida e seus impactos em contexto regional arcaico e dependente: a experiência de Campina Grande*. 1984. Dissertação de Mestrado em Geografia. UNESP. Rio Claro.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Censos demográficos do Estado da Paraíba, 1980, 1991*. Rio de Janeiro, 1980, 1991.
- GLABER, Neal. *Vida, o filme. Como o entretenimento conquistou a realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GRANDE, J.C. Pedro. João Pessoa versus Campina Grande. *Boletim Geográfico* nº 111 Ano X nov/dez 1952 p. 732-734.
- JOFFILY, Irenêo. *Notas Sobre a Paraíba*. Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu. Brasília: Thesaurus Editora, 1976.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Projetos e uso dos espaços públicos, o código e a interpretação, in: OLIVEIRA, Ana Claudia Mei Alves de e Brito, Yvana Carla Fachine de. (Eds.). *Visualidade, urbanidade e intertextualidade*. São Paulo: Hacker Editores; Centro de Pesquisas Sociosemióticas (PUC/SP: COS - USP - CNRS), 1998, pp. 67- 75.
- MAIA, Doralice Sátyro. *O campo na cidade: necessidade e desejo. (Um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa - PB)*. 1994. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- _____. *Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB*. 2000. Tese de Doutorado em Geografia. FFLCH/USP. São Paulo.

- MARIZ, Celso. Campina Grande de ontem e de hoje. Lido na Sede da União de Moços Católicos, em 24 de novembro de 1940, in: Mariz, Celso. *Cidades e Homens*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.
- MEDEIROS, J. A. et alii. As várias faces dos pólos tecnológicos. *Pólos, parques e incubadoras: a busca da modernização e competitividade*. Brasília, CNPq; IBICT; SENAI, 1992, p.13-36.
- MELLO, José Octávio de Arruda. Geo-história e formação de cidades na Paraíba. in: Mello, José Octávio de Arruda (Org.). *José Américo e a cultura regional*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1983, p.50-70.
- MELO, Josemir Camilo de. Movimentos populares em Campina Grande. *Cadernos Nordeste em debate N° 1*. Universidade Federal da Paraíba (Campus II) – Centro de Humanidades - Departamento de História e Geografia – Grupo de Estudos em História Regional. Campina Grande, 1993, p.24-32.
- MÜLLER, Nice Lecocq. Campina Grande. Notas de geografia urbana. Relatório. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros V. VI Tomo II - 1951-1952*, São Paulo, 1958, p.9-34.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Metamorfose da Arribação. Fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. *Novos Estudos n° 27* - julho, São Paulo, CEBRAP, 1990, p.67-92.
- PIQUET, Rosélia. Modernização a qualquer preço. *Cadernos IPPUR - Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Ano V, n° 1, dez/1991, p.9-21.
- RÊGO, José Lins do. *Bota de sete léguas*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1952.
- RIBEIRO, Martha Lúcia. Política urbana em Campina Grande (1964-1990). *Cadernos Nordeste em debate N° 2*. Universidade Federal da Paraíba (Campus II) – Grupo de Estudos em História Regional. Campina Grande, 1994, p.35-37.
- ROCHEFORT, Michel. Cidades médias e desenvolvimento: o caso do Brasil, *Redes e sistemas. Ensinando sobre o Urbano e a Região*. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 93-102.
- SANTOS, Milton, *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, Antônio Gomes da. *Estudo de casos: Areia e Campina Grande*. In: *Pólo de crescimento e marginalidade*. 1979. p. 63-96. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco - Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia - PIMES. Recife.
- SOUZA José Luiz de et alii. *Campina Grande - A rota da tecnologia*. Campina Grande, 1995. (mimeo).
- VÉRAS, Cassandra Carmo de Lima. *O espelho de narciso: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945)*. Monografia de Bacharelado em História. Universidade Federal da Paraíba (Campus II). Centro de Humanidades. Departamento de Geografia e História. Campina Grande.